

Os hospitais filantrópicos e privados brasileiros e empresas de medicina diagnóstica têm apoiado os esforços da Câmara dos Deputados, em particular de seu presidente Arthur Lira, na busca de uma solução que permita pagar o custo do Projeto de Lei que cria o piso salarial para a enfermagem: 16 bilhões de reais por ano, segundo cálculos dos próprios parlamentares.

Ao longo dos últimos meses, incontáveis vezes foram apresentados pelo setor de saúde dados que sinalizam para os equívocos da proposta, o que não invalida o mérito da categoria e a justiça de uma valorização salarial.

Os parlamentares, porém, parecem convencidos ser melhor buscar fontes novas de receitas em vez de promover os ajustes necessários.

As entidades, aqui representadas, em respeito aos deputados e à enfermagem, têm admitido trabalhar com esta hipótese: a votação de um conjunto de projetos que criam a despesa, mas, simultânea e responsabilmente, definem novos recursos para o setor. Ou como resumiu com propriedade o presidente Lira durante [entrevista](#): “maneiras de subsidiar e suportar o aumento que será dado na carga dessas instituições que fazem saúde no Brasil”.

Às vésperas de um encaminhamento final do assunto, as entidades do setor reiteram a confiança de que a Câmara dos Deputados venha a encontrar solução viável e de rápida implementação para sustentar os aumentos salariais propostos. Sem isso, a valorização pretendida não conseguirá, apesar de justa, ser implementada pelos hospitais, que em sua maioria estão em momento de grave crise financeira.

- Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed)
- Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp)
- Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB)
- Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)
- Federação Brasileira de Hospitais (FBH)

Fonte: Anahp, em 02.05.2022